



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação da empresa União Educacional, Cultural e Tecnológica IMPACTA, CNPJ: 59.069.914/0005-85, para viabilizar a participação do servidor Cleber, Guimarães Belluco, matrícula DF1264503 no "Curso de Power BI". Essa ação de treinamento ocorrerá no período de 24 de setembro a 29 de outubro de 2024 (terças e quintas-feiras), das 19h às 23h, contará com 40 h/a e ocorrerá na modalidade on-line e ao vivo.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O curso em tela visa permitir que o servidor consiga gerar gráficos e planilhas de considerável complexidade, com vinculação de dados entre si, com inserção de diversas fórmulas para o alcance dos objetivos da Unidade.

2.2. O benefício direto da contratação é a disponibilização de uma ferramenta necessária para o aprimoramento dos trabalhos da Unidade.

2.3. O benefício indireto é a melhoria da eficiência do Nuasg.

2.4. O objeto pretendido está perfeitamente alinhado com os macrodesafios do "aperfeiçoamento da gestão de pessoas", estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, [Anexo da Resolução CJF nº 668/2020](#).

4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso III, Letra “F”, da referida Lei:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

5. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

5.1. De acordo com a Letra “F” do Inciso III do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, a singularidade e a notória especialização da empresa/instrutor, enquadram-se no conceito de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

No que tange a notória especialização, temos que associar a singularidade que reside na pessoa física (instrutor), onde requer-se:

- a) experiência ao apresentar ao público o tema "Power BI";
- b) domínio do assunto por parte do instrutor;
- c) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional;
- d) capacidade de comunicação.

Nesse contexto, é importante reforçar que o instrutor participante da palestra, representado pela empresa Impacta, possui a notória especialização desejada, demonstrando ampla capacidade de execução e o perfeito atendimento da demanda da SJDF.

A justificativa do preço é feita em consonância com o entendimento que consta do Acórdão nº 819/2005 – TCU Plenário, no sentido de que o preço deverá estar compatível com aqueles que o próprio contratado pratica junto a outros órgãos, nestes termos:

“9.1.3. quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte (...)

Nesse sentido, juntou-se ao processo o atestado de capacidade técnica 20839187 referente a cursos anteriores promovidos pela empresa selecionada.

Além disso, temos as propostas 20839029 e 20839038, ficando demonstrada a compatibilidade com o preço praticado pelo mercado por outras empresas.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A empresa deverá ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções a serem contratadas.

6.1.1. Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. É de inteira responsabilidade da empresa fornecedora o preenchimento exato de sua proposta, pois não serão admitidas alegações de omissões, enganos ou erros posteriores à sua apresentação, com a finalidade de alterar os valores ofertados ou de não fornecer o objeto/executar o(s) serviço(s) de que trata este Termo de Referência.

7.2. No preço proposto deverão estar computadas todas as despesas com o transporte, os tributos, as tarifas, os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, as taxas, o prêmio de seguro e demais despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis ao fornecimento do objeto da contratação.

7.3. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datada e assinada, contendo obrigatoriamente a razão social e CNPJ; endereço físico, eletrônico (*email*) e número de telefone, nome completo e identificação do responsável; valores unitário e total do item, em algarismos e por extenso;

prazo de validade da proposta; prazo de entrega e garantia do objeto e dados bancários, com os códigos do banco e da agência e o número da conta corrente.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O curso será na modalidade on-line e ao vivo.

8.2. A prestação do serviço ocorrerá no período de 24 de setembro a 29 de outubro de 2024, das 19h às 23h e ocorrerá na modalidade on-line e ao vivo. O evento ficará a cargo da empresa Impacta.

8.3. O objeto será recebido após entrega da nota fiscal pela empresa prestadora do serviço para verificação da conformidade do objeto e aferição do direito ao pagamento

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedado subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.

10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1. Não se aplica

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade da Seder-NucGP, pela servidora Maria Karolina de Alencar Araripe Pereira (DF1400620).

12. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. Para fins de verificação da conformidade do(s) item(ns) entregue(s) com o objeto deste Termo de Referência, o objeto será recebido após entrega da nota fiscal pela empresa prestadora do serviço.

13. DA SUSTENTABILIDADE

13.1. O evento será realizado em ambiente totalmente virtual, proporcionando menor impacto ambiental, por meio da redução de utilização de papel e copiadoras. Por conseguinte, a sua utilização está alinhada com a política de sustentabilidade de contratações e serviços da Justiça Federal.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

14.2. Impedir que terceiros executem o objeto contratado.

14.3. Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor formalmente designado.

14.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

14.6. Comunicar por escrito ao contratado o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua não adequação aos termos contratuais.

14.7. Embargar, estipulando prazo para nova execução, o recebimento provisório ou definitivo do objeto, apontando as razões da sua desconformidade ou discordância com as especificações contidas neste Termo de Referência ou na proposta apresentada.

14.8. Demais obrigações usuais utilizadas para contratação com o serviço público.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Iniciar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com os prazos, as condições de execução e os demais requisitos constantes deste Termo de Referência.

15.2. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta contratação.

15.3. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas para contratação direta.

15.4. Encaminhar à contratante a nota fiscal referente ao objeto contratado e certificado de participação dos servidores matriculados pela Seção Judiciária do DF.

15.5. Realizar o evento, sem intercorrências que comprometam a qualidade e a integridade do objeto contratado, conforme divulgado (Proposta 20840101).

15.6. Cumprir o contrato de forma que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

15.7. Prestar as informações que venham a ser solicitadas pela contratante e os esclarecimentos que esta julgar necessários sobre o objeto contratado.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A Contratada, em caso de descumprimento às regras deste instrumento e, observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

16.1.1. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021.

16.1.1.1. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

16.1.2. **Multa moratória**, nos seguintes termos:

a) **0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal**, por dia útil de atraso no cumprimento das obrigações estipuladas no presente Termo de Referência, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após este prazo será considerado inexecução total do objeto contratado.

16.1.2.1. O prazo máximo para comunicação do cancelamento ou alteração da data de início e término do curso (objeto deste contrato), sem que se incida qualquer Sanção Administrativa, será de 48 horas antes do início do evento contratado

16.1.3. **Multa compensatória**, nos seguintes termos:

a) de 20% sobre o valor **da nota de empenho**, nos casos de inexecução parcial

b) de 30% sobre o valor da contratação, no caso de inexecução total;

b.1) O descumprimento do prazo fixado na alínea a do subitem 14.1.2, será considerado inexecução total do objeto.

c) O valor da multa compensatória não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, conforme previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021.

16.1.4. No caso de alteração das datas de início e término do evento a Administração analisará se mantém o interesse na contratação. Caso não haja, a nota de empenho será cancelada, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos da Lei n.14.133/2021.

17. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

17.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser adjudicado de forma global, a uma só empresa.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1.A despesa decorrente da contratação correrá a conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da União para o exercício de 2024 (dotação de CRH - Capacitação de Recursos Humanos)

19. DO PAGAMENTO

19.1. A contratante efetuará o pagamento mediante ordem bancária, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pelo gestor designado.

19.2. Para efetuar o pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.

19.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada tome as medidas saneadoras.

20. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

20.1. O valor da contratação é **R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais)**, conforme consta da proposta encaminhada pela empresa, documento SEI 20840101.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos– Seder (seder.df@trf1.jus.br).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Karolina de Alencar Araripe Pereira, Analista Judiciário**, em 03/09/2024, às 13:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20839210** e o código CRC **6A80B56A**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco G, Lote 8 - CEP 70070-933 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br/sjdf/

0010218-26.2024.4.01.8005

20839210v5